



Com volume recorde de dinheiro do petróleo, Fundo Clima hesita entre acompanhar o que os mercados já financiam ou acelerar a transição no país

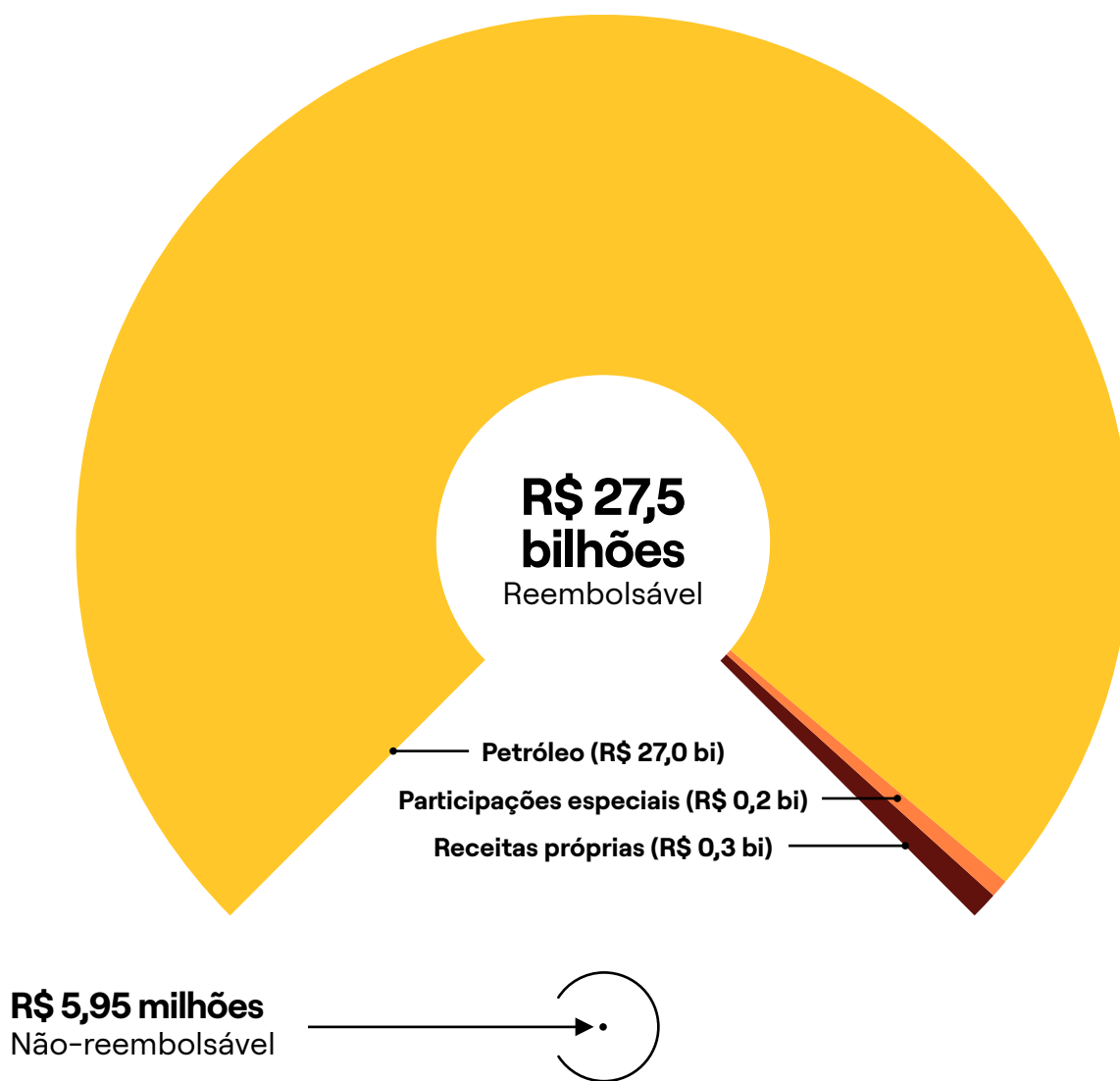
Com “metas aspiracionais” que valem como uma indicação de “cumpra-se se possível”, carteira do fundo ainda não conta com avaliação que exija alinhamento às prioridades da política climática



Com a aprovação do **Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR)** pelo Comitê Gestor do Fundo Clima em 12 de março, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderá contar com o repasse de recorde R\$ 27,5 bilhões do Orçamento da União para

empréstimos do Fundo Clima em 2026. O principal mecanismo de financiamento climático do país vai funcionar quase integralmente com recursos vindos do petróleo, algo inédito no histórico recente do Fundo Clima, como inédito é o alto volume de dinheiro que movimenta neste ano.

GRÁFICO 1. A ORIGEM DO DINHEIRO



Fonte: Comitê Gestor do Fundo Clima



Se é positivo o uso de recursos do petróleo para a descarbonização e o aumento da resiliência, é também preciso ficar claro que uma economia de baixo carbono precisa superar a dependência dos combustíveis fósseis. E, mais urgente, os recursos investidos no Fundo Clima, com juros abaixo dos de mercado, precisam garantir resultados robustos tanto de redução das emissões de gases de efeito estufa como no aumento da resiliência climática.

Três “metas aspiracionais” propostas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) foram aprovadas no PAAR. A primeira delas diz que cada financiamento deve “buscar” alinhamento a um dos objetivos de mitigação ou adaptação do Plano Clima (abaixo). Mas, se um determinado financiamento não

contribui com nenhum dos objetivos, a proposta não deveria nem sequer ser elegível, por incompatível com a política climática nacional. Na visão da Talanoa, que atua no Comitê Gestor do Fundo, o alinhamento ao Plano Clima é fundamental. Tudo indica que um esforço maior nesse sentido ficou para 2027.

As demais metas aprovadas pelo Comitê Gestor são um esforço maior para destinar recursos à adaptação à mudança do clima (20% da carteira) e também 25% de direcionamento de recursos para as regiões Norte e Nordeste. Segundo o texto do PAAR, o BNDES pode ou não cumprir essas metas, cujo alcance está condicionado “à demanda de financiamento e à qualidade de crédito” dos que buscarem os empréstimos do Fundo Clima.

TABELA 1. OS OBJETIVOS DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO PLANO CLIMA

OS 12 OBJETIVOS NACIONAIS DE MITIGAÇÃO

- 1** Garantir a integridade dos biomas nacionais por meio da conservação, restauração e uso sustentável dos seus ecossistemas
- 2** Fomentar a ampla adoção de modelos de produção agrícola e pecuária sustentáveis e de baixa emissão de GEE, garantindo a segurança alimentar de todos
- 3** Expandir a produção sustentável de biocombustíveis, promover a inovação tecnológica e desenvolver cadeias de valor relacionadas à bioenergia
- 4** Ampliar a participação das tecnologias e fontes limpas e renováveis na matriz energética nacional, garantindo a segurança e acessibilidade energética de todos
- 5** Incentivar a substituição de combustíveis fósseis, promovendo o desenvolvimento e uso eficiente de biocombustíveis sustentáveis, soluções de eletrificação e de hidrogênio de baixa emissão de carbono



- 6** Promover a circularidade por meio do uso sustentável e eficiente de recursos naturais e a eficiência energética ao longo das cadeias produtivas
- 7** Alavancar soluções inovadoras e de baixo carbono na produção industrial nacional e desenvolver tecnologias de captura, uso e armazenamento de carbono na produção industrial, bioenergética e nos setores de produção de combustíveis fósseis
- 8** Capacitar e incentivar entes subnacionais a adotarem um desenvolvimento urbano integrado e sustentável, bem como estratégias de enfrentamento à mudança do clima alinhadas às diretrizes nacionais
- 9** Gerar empregos, renda e inclusão produtiva em atividades econômicas relacionadas à descarbonização da economia e ao desenvolvimento sustentável, promovendo uma transição socioeconômica justa, inclusiva e sustentável
- 10** Transformar as vantagens comparativas brasileiras em vantagens competitivas, tornando o país um provedor de bens, serviços e soluções climáticas para um mundo em transição para modelos de desenvolvimento de baixo carbono
- 11** Empreender ações específicas para mitigação de poluentes não-CO₂ de alto impacto no aquecimento global
- 12** Priorizar medidas de mitigação com potencial de geração de cobenefícios para adaptação e resiliência à mudança do clima e para o desenvolvimento sustentável

OS 9 OBJETIVOS NACIONAIS DE ADAPTAÇÃO

- 1** Aumentar a resiliência das populações, das cidades, dos territórios e das infraestruturas frente à emergência climática
- 2** Promover a produção sustentável e resiliente e o acesso regular da população a alimentos saudáveis, em qualidade e quantidade adequadas
- 3** Promover a segurança hídrica, disponibilizando água em qualidade e quantidade suficientes para os usos múltiplos, como abastecimento, produção, energia e ecossistemas
- 4** Proteger, conservar, restaurar e fortalecer os ecossistemas e a biodiversidade, e assegurar o provimento dos serviços ecossistêmicos
- 5** Promover, proteger e recuperar a saúde e o bem-estar das populações, respeitando os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais
- 6** Garantir a segurança energética, de forma sustentável e acessível

- 7 Promover o desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades**
- 8 Proteger o patrimônio cultural e preservar práticas culturais e locais de patrimônio, frente aos riscos relacionados à mudança do clima**
- 9 Fortalecer o papel vital do oceano e da zona costeira no enfrentamento à mudança do clima.**

O PAAR 2026 revisou a lista de finalidades de aplicação dos recursos e acrescentou o financiamento de sistemas estaduais e municipais de gestão e redução de riscos de desastres e tecnologias sociais de captação e conservação de água e adaptação climática da infraestrutura de transporte.

A lista de destinos do dinheiro também passou a incluir a possibilidade de financiar a captura, uso e armazenamento de carbono (CCUS), embora o Plano Clima aponte possibilidades pouco amadurecidas dessa tecnologia na indústria e mais chances na produção, refino e movimentação de petróleo e gás, o que daria maior sobrevida à energia de origem fóssil⁽¹⁾. Essa é, como se sabe, a principal fonte mundial de emissão de gases do aquecimento global.

A possibilidade aberta para financiar CCUS foi um dos motivos pelos quais o Observatório do Clima (OC) votou pela rejeição do PAAR 2026. A justificativa do OC foi que tal tecnologia está associada à extensão da vida útil de ativos fósseis e apresenta elevado custo e baixa maturidade tecnológica. O texto final do PAAR

exclui o financiamento de CCUS para infraestrutura de transporte e distribuição de gás, mas não fica claro que tipo de empreendimento pode receber dinheiro e, sobretudo, se estão proibidos os empréstimos para a captura de carbono na produção de petróleo.

Também foi criticada a possibilidade de o Fundo Clima financiar o beneficiamento e a transformação de minerais críticos e estratégicos e, sobretudo, a não proibição de empréstimos para a produção de energia solar que impliquem desmatamento, como já pode ter ocorrido no ano passado, com o contrato de R\$ 500 milhões (valor máximo dos empréstimos) para financiar usinas fotovoltaicas no município de Arinos (MG), caso relatado em boletins anteriores da Talanoa.

O Fundo vai financiar “preferencialmente” projetos de energia solar em áreas degradadas – o que é positivo. Porém, sem a vedação a corte raso praticado por projetos em áreas não antropizadas, novos projetos solares com supressão de vegetação nativa ainda podem contar com recursos do Fundo Clima.

(1) “As tecnologias baseadas em captura e armazenamento de carbono possuem a capacidade de capturar o dióxido de carbono (CO₂) em atividades produtivas e armazená-lo por longos períodos. No contexto brasileiro, duas opções tecnológicas são estratégicas: a bioenergia com captura e armazenamento de carbono (BECCS) e captura, uso e armazenamento de carbono (CCUS) em atividades de difícil abatimento, especialmente nos setores de energia e industrial. Não são substitutas às necessárias reduções de emissões dos setores produtivos, mas são abordagens importantes que devem ser desenvolvidas em conjunto com outras medidas de mitigação, tendo em vista o nível de ambição climática nacional e o uso sustentável da terra. Apesar de promissoras, essas tecnologias são ainda incipientes e não possuem a aplicação em larga escala necessária.” BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Plano Clima Mitigação: estratégia nacional de mitigação. Brasília, DF : MMA : MCTI : CC/PR, 2026.



A carteira de operações do Fundo com Estados e municípios, destinadas sobretudo a financiar obras de adaptação com impacto mais direto nas populações, cresceu em 2025, como destacou este Boletim em edições anteriores. Do total de R\$ 4,4 bilhões de operações com entes da federação, apenas uma fatia pequena, inferior a 10% do valor, foi efetivamente contratada até janeiro de 2026.

Apenas uma nova operação entrou em análise em janeiro, com o município de Antônio Prado (RS). O objetivo do projeto não está descrito nas planilhas do BNDES, onde aparece apenas a identificação “operação automática”, de menor valor e quando o BNDES atua por meio de instituições financeiras credenciadas. Nesse caso, são R\$ 4,7 milhões.

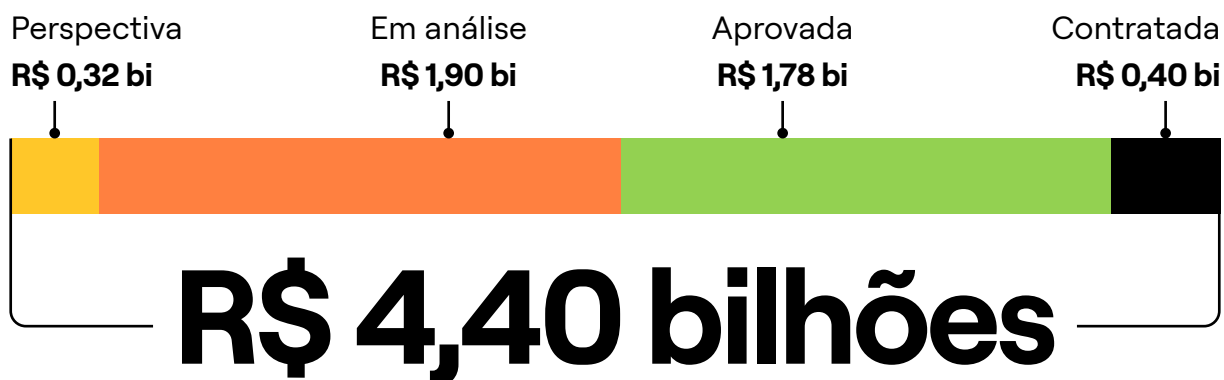
A contabilidade dos recursos do Fundo Clima destinados pelo BNDES à adaptação à mudança climática ainda não está muito clara. Em 2025, o banco informou a aprovação de R\$ 2,4 bilhões de operações para adaptação.

Além das operações de crédito a Esta-

dos e municípios, os projetos de restauração e conservação florestal também são contabilizados como investimentos em adaptação. Como os detalhes das operações só são tornados públicos após a contratação efetiva dos empréstimos, é impossível checar a informação.

Em janeiro deste ano, o BNDES registrou contrato de R\$ 47,4 milhões com empresa de energia solar cujo objetivo é a aquisição de máquinas e equipamentos. Há uma descrição genérica informando que os equipamentos estão relacionados à redução de emissão de gases do efeito estufa e à adaptação climática. Não é possível compreender qual seria o impacto da compra de máquinas na adaptação à mudança do clima. Um segundo contrato registrado em janeiro destina R\$ 101,4 milhões para a produção de biometano e biofertilizante em Toledo (PR). Maior clareza e transparência nos objetivos almejados e resultados de fato alcançados nos projetos em adaptação é um dos pontos que o Instituto Talanoa pleiteou para o PAAR 2026.

GRÁFICO 2: CARTEIRA DE PROPOSTAS DE FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS



Fonte: BNDES/Central de Downloads em março de 2026



No relatório anual do Fundo Clima de 2025, também aprovado em 12 de março, o BNDES confirma a destinação da maior parcela dos recursos de 2025 para a transição energética, como destacado nos boletins da Talanoa. A diferença de valores ainda se deve ao fato de o BNDES contabilizar o desempenho do Fundo Clima baseado em operações “aprovadas” quando os detalhes, como clientes e objetivo dos empréstimos, são divulgados apenas após a efetiva contratação. E os contratos são divulgados com mais de um mês de atraso nas planilhas do BNDES, base usada para as análises da Talanoa.

Nesse sentido, a Talanoa, por meio da representação da sociedade civil no Comitê Gestor, recomendou que o BNDES passe a divulgar as informações sobre as operações no ato da aprovação e não apenas na contratação. O BNDES ex-

plicou que, por questões de sigilo e da possibilidade dos contratos não se efetivarem, somente pode divulgar com autorização expressa das partes envolvidas. Houve acordo então para que o Banco passe a buscar o consentimento dos envolvidos para divulgação das informações após a aprovação, que foi incluído no texto do PAAR.

Em seu relatório anual, o BNDES informa, sobre as operações aprovadas: “Os projetos apoiados pelo Fundo Clima são concentrados na mitigação das mudanças climáticas, que é esperada em 153 projetos (77% do total) e envolve R\$ 11 bilhões (88% do total). As operações de adaptação, em geral, estão associadas a operações de desenvolvimento urbano do setor público e a projetos florestais, que são em geral segmentos com menos projetos”. O quadro abaixo detalha.

TABELA 2. OPERAÇÕES APROVADAS E VALOR APROVADO EM 2025 NO FUNDO CLIMA

Modalidade	Operações	R\$ milhões
PROGRAMA FUNDO CLIMA	66	10.547,8
Transição energética	28	5.288,8
Indústria Verde	13	1.598,0
Florestas Nativas e Recursos Hídricos	10	1.392,9
Desenvolvimento Urbano Resiliente e Sustentável	13	1.370,4
Logística de transporte, Transporte Coletivo e Mobilidade Verdes	5	897,7



PROGRAMA FUNDO CLIMA AUTOMÁTICO	133	2.001,1
Máquinas e Equipamentos	101	1.239,6
Projetos de Investimento	34	761,5
● TOTAL FUNDO CLIMA	199	12.548,9

Fonte: Balanço anual do Fundo Clima/BNDES

Embora a maior parte dos recursos do Fundo Clima seja destinada aos empréstimos do BNDES, por meio de operações ditas automáticas ou não, diretas ou indiretas, há outras duas linhas do fundo, uma de recursos não reembolsáveis, gerida diretamente pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), e o Eco Invest, coordenado pelo Ministério da Fazenda.

Na linha dos recursos executados diretamente pelo MMA (R\$ 5,9 milhões em 2026, como mostra o gráfico 1), o destino do dinheiro são quatro projetos selecionados em edital do Periferias Verdes Resilientes, em dezembro de 2025. Por envolverem volumes menores de dinheiro, esses projetos cuidam mais da estruturação de iniciativas e planejamento participativo de soluções de adaptação baseadas na natureza.

Até 2027, receberão recursos desse edital os municípios de Recife (PE), Contagem (MG), Diadema (SP) e Águas Lindas (GO) – cerca de R\$ 2,5 milhões cada um.

Em relação ao Eco Invest, o Tesouro Nacional informou que o quarto leilão, destinado a atrair recursos privados e estrangeiros para iniciativas de bioeco-

nomia e turismo sustentável na Amazônia, lançado durante a COP 30, teve o prazo de propostas prorrogado até o final de março. Ainda não há previsão de lançamento de um novo leilão neste ano.

Sobre a eficácia climática da linha Eco Invest, o Tesouro Nacional informou que ainda não há estimativas consolidadas sobre a redução ou captura de CO₂e dos projetos apoiados. De acordo com o Tesouro, a responsabilidade pelo reporte dessas informações cabe às instituições financeiras participantes, que deverão encaminhá-las ao Tesouro Nacional por meio dos relatórios de prestação de contas. O primeiro deles é esperado para o final deste ano.

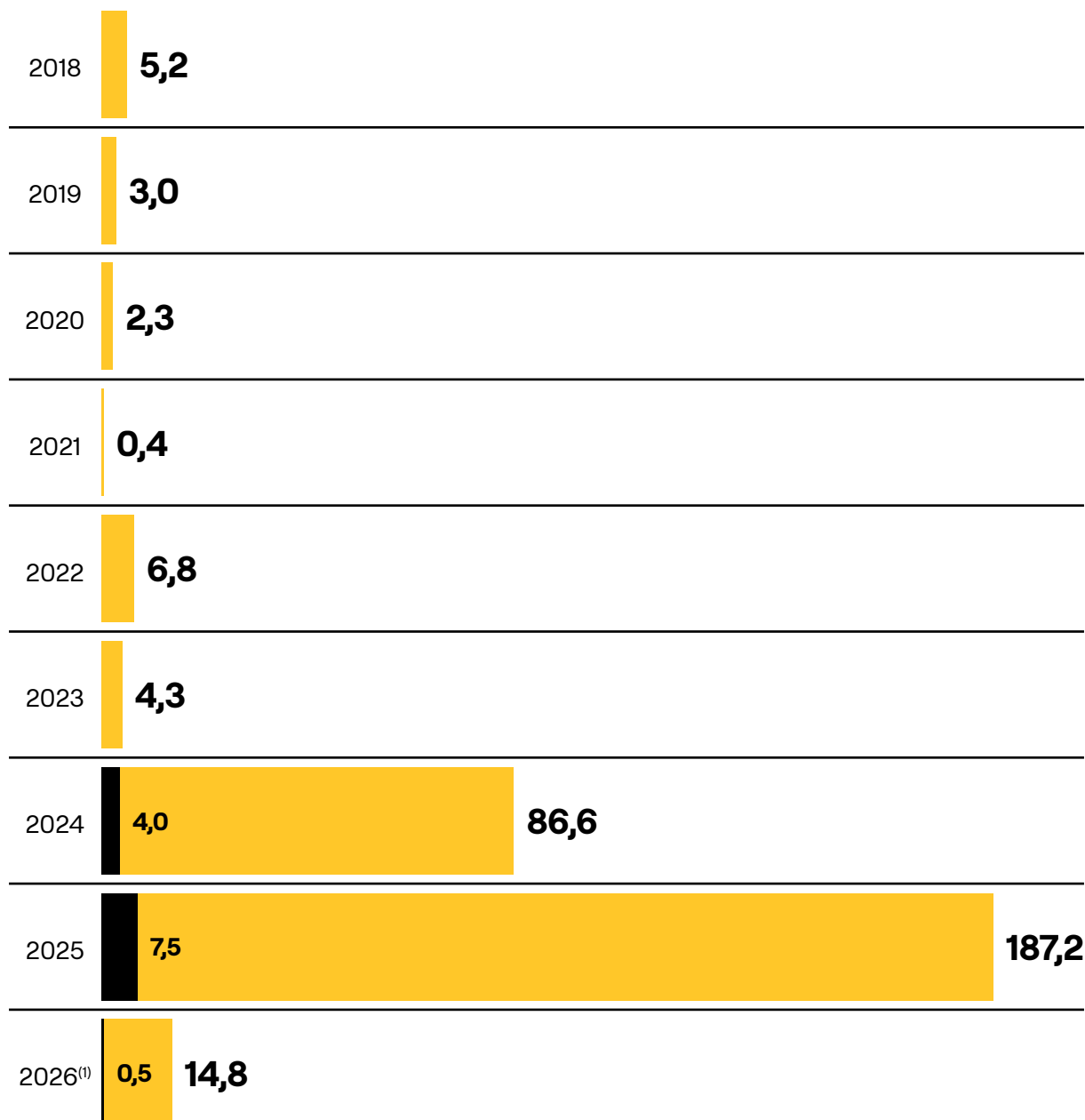
Já a eficácia climática dos empréstimos do Fundo Clima via BNDES alcançou 7,5 toneladas de dióxido de carbono equivalente no conjunto de operações aprovadas em 2025 por ano dos projetos ou 187,2 milhões de toneladas de CO₂e durante a vida útil dos projetos. Em 2026, com os projetos aprovados, a contribuição é de redução de 300 mil toneladas de CO₂e por ano. Não há indicadores para os resultados dos projetos de adaptação à mudança climática.



**GRÁFICO 3. EMISSÕES EVITADAS OU REMOVIDAS DE GEE
DOS PROJETOS APROVADOS PELO FUNDO CLIMA**

Em milhões de toneladas de CO₂e

■ Durante a vida útil dos projetos ■ A cada ano



(1) Até fevereiro



Considerações finais

O BNDES, OPERADOR DO MAIOR FUNDO CLIMÁTICO DO PAÍS, VEM INSISTINDO EM QUE DEPENDE DA DEMANDA POR EMPRÉSTIMOS E DA QUALIDADE DE CRÉDITO DOS QUE BUSCAM RECURSOS DO FUNDO CLIMA PARA CONTRATAR AS OPERAÇÕES

Essa lógica, embora crie dificuldades, não pode justificar o uso de volumes crescentes de dinheiro público em contratos que não estejam alinhados às prioridades da nossa política climática, expressas no Plano Clima.

Não se justifica o financiamento no valor teto dos empréstimos para um projeto de energia fotovoltaica que implique o desmatamento (corte raso) de uma área de Cerrado em Arinos (MG), por exemplo, como houve no ano passado. Muito menos que esse tipo de operação não tenha sido vetada em 2026.

O Instituto Talanoa monitora os empréstimos do Fundo Clima com base nos contratos, divulgados na

página do banco com pelo menos um mês de atraso, e cobra transparência do BNDES para as operações aprovadas, cujos números são usados nos indicadores de desempenho do Fundo Clima. Em 2025, a distância entre as operações aprovadas e as efetivamente contratadas é de cerca de R\$ 4 bilhões.

Com um volume recorde de dinheiro para empréstimos do Fundo Clima, espera-se que o Fundo evolua rapidamente nos indicadores tanto de mitigação das emissões como de aumento de resiliência climática proporcionais à principal fonte de financiamento climático do país e à altura dos compromissos brasileiros na Convenção do Clima.



institucional@institutotalanoa.org



[@institutotalanoa](https://www.instagram.com/institutotalanoa)



[Instituto Talanoa](https://www.linkedin.com/company/instituto-talanoa)